

Educar para a sustentabilidade, um desafio para uma cidadania planetária

Maria José Varandas

O tema de fundo do presente *workshop*, a *Educação Sustentável*, não pode ser percebido em toda a sua dimensão sem a compreensão do conceito de cidadania que lhe está subjacente. Com efeito, a nosso ver, sendo a educação para a sustentabilidade um exercício de cidadania importa, antes de mais, perceber e clarificar o sentido e significado da cidadania aqui em questão. Começemos então pelo primitivo sentido das palavras, aprofundando a partir daí o seu significado até aos tempos em que vivemos.

Cidadania deriva de cidade cujo étimo latino é *civitas*, que igualmente originou um conjunto de termos afins como civilização, civismo, civilidade. O denominador comum de todos estes termos exprime uma ideia de ordem que se “edifica” em oposição aos caos que a barbárie representa. Assim, civilização tende a significar um grau elevado de ordem e de bem públicos tornados possíveis pelo civismo e civilidade dos cidadãos, ou seja, pela assunção individual e colectiva dos valores que asseguram essa ordem, como o de respeito, cuidado, responsabilidade, entre outros. Todos estes valores fundam uma “cartilha” de direitos e de deveres instituídos, em acordo plenário, pelo colectivo social.

Como se percebe por esta breve e sumária descrição, na raiz da noção de cidade manifesta-se sempre a exigência de uma ordem moral, o pressuposto ético que se traduz no dever de todos e de cada um em agir no respeito ao **bem** comum. De igual modo, daqui se compreende que o conceito de cidadania subsume um ideal normativo de pertença e participação na comunidade onde se vive.

Como sabemos, a ideia de cidade e a noção de cidadania são tributárias da democracia ateniense do século V A.C. e modeladas a partir da concepção grega de *polis* e dos correspondentes estatuto e papel do *politikês*, o cidadão. Desde então, se o seu significado ético mantém, em traços gerais, a raiz originária, o mesmo não se pode dizer da sua extensão.

Com efeito, ao longo da história da humanidade, o universo abrangido pelo termo de cidadania tem-se estendido muito para além das fronteiras originais (o cidadão ateniense do séc. V A.C. constituía uma classe restrita do conjunto dos habitantes da cidade: necessariamente do sexo masculino, livre, habitante em Atenas e filho de pais atenienses) em direcção a um universo cada vez mais inclusivo e abrangente. Nos alvares do século XX, a luta generalizada pelo direito a uma cidadania plena não discriminatória de género, raça ou credo testemunha a expansão do círculo de cidadania à humanidade no seu todo, mantendo-se ainda de pé, em contrapartida, a ideia de que o homem é um ser à parte da natureza e que esta é, sobretudo, um meio para os fins humanos a explorar ilimitadamente.

Porém, a crise ecológica que se manifestou de um modo evidente nos finais dos anos 60 do século passado obrigou a duas reformulações teórico-práticas internamente associadas:

A primeira, ao alargamento do universo da ética. A segunda, a uma clarificação das noções éticas de liberdade e de responsabilidade à luz de um novo paradigma.

Manifestamente, a degradação ecológica tinha (e tem) uma causa imediata - a própria acção humana conduzida por opções irresponsáveis e determinada por um paradigma fortemente antropocêntrico. Consequentemente a ética, enquanto teoria da acção correcta, foi forçada a sair do âmbito inter-humano e intra-muros e a pensar a acção no contexto mais amplo do mundo natural. Esta inclusão da realidade natural na esfera da razão prática repercutiu-se no alargamento do próprio conceito de cidadania a uma escala planetária, integrando no centro da preocupação moral a natureza, o planeta.

O primeiro autor a formular o imperativo dessa transição foi Aldo Leopold que, visionariamente, em 1948 já escrevia no seu livro *Sand County Almanac*¹: o Homem deve passar de conquistador da terra a cidadão e membro pleno dela. Afirmando, em consequência, que “uma ética da terra alarga as fronteiras da comunidade para nelas incluir os animais, as plantas, os solos, ou colectivamente a Terra”.

Como se referiu anteriormente, o conceito de cidadania, categoria ético- política, implica direitos e deveres emergentes das noções éticas de liberdade e responsabilidade. Por isso, o alargamento proposto por Leopold a uma cidadania com dimensão planetária pressupõe um novo entendimento do significado de liberdade e de responsabilidade e uma reconfiguração dos direitos e deveres dos seres humanos.

Isto mesmo foi entendido pelo filósofo alemão Hans Jonas que, em 1979, escreve a influente obra *O Princípio da Responsabilidade (Das Prinzip Verantwortung)*.

Como Leopold e muitos outros, também Hans Jonas foi sacudido pela imperiosa necessidade de uma mudança no rumo da acção humana. O lançamento das bombas de Nagasáqui e Hiroxima elucidou-o, sem margem para dúvidas, do tremendo potencial de afecção que o progresso científico-tecnológico atingiu no desmesurado poder de, por si só, destruir ou alterar toda a vida na Terra. E, segundo Jonas, com o poder cresce a responsabilidade. É pois na reflexão sobre este acontecimento apocalíptico, produto da acção tecnocientífica e que se revela sob o prisma do horror como um problema ético, que se ouve a interrogativa pungente: Será que a liberdade pode ser conduzida sem responsabilidade?

A Hans Jonas parece óbvio que não. Critica as éticas optimistas e com uma esperança infinita no glorioso amanhã em que o homem triunfará plenamente na luta contra o determinismo natural. Uma esperança fundada na crença baconniana de que a ilimitada exploração dos recursos da natureza e o total controle das forças naturais,

¹ Traduzido em português pelas Edições Sempre em Pé, 2008, *Pensar como Uma Montanha*, Águas Santas: Ed. Sempre Em Pé

constituirão o meio infalível para o bem-estar e felicidade da humanidade. Opondo-se à noção de progresso conjugada com a ideia de uma liberdade incondicionada, a ética de Jonas afirma a responsabilidade como a declinação indispensável da liberdade e afirma, em consequência, os novos deveres que a actualidade impõe ao homem.

Segundo Jonas a humanidade não pode ser entendida como uma categoria cuja dimensão temporal é o presente, nem a ética pode ser perspectivada no aqui e no agora. A humanidade é uma categoria histórica com um passado e que desde o presente se projecta no futuro. Um presente que nos avisa e alerta para o que há-de vir, contendo em si, consoante a nossa acção e as nossas escolhas de hoje, o futuro - o que seremos e como viveremos amanhã. Daí que a ética tenha de ser uma ética do futuro, ou seja, é-lhe constitutiva a reflexão prudente e sábia sobre as consequências e implicações que as escolhas que hoje fazemos terão para aqueles que nos hão-de suceder. Para as gerações futuras.

Assim, a responsabilidade que um passado arrogante e prepotente sobre o mundo natural, a par com o desenvolvimento irrestrito da tecnociência, impõe hoje ao homem é a de legar às gerações vindouras um mundo cujas condições naturais sejam compatíveis com o florescimento das suas vidas, que permitam uma qualidade de vida idêntica àquela que hoje usufruímos. Afirma Hans Jonas “Age de tal modo que não comprometas a existência de vida futura na Terra”².

Radicando na filosofia jonasiana, a noção de sustentabilidade manifesta-se na acção conduzida por um imperativo ético e civilizacional – legar um mundo em que a vida se desenvolva em equilíbrio e com a qualidade necessária para todos aqueles que habitam e os que, no futuro, habitarão a Terra. Ou seja, um mundo sustentável.

Assim, se com Leopold o aprofundamento do conceito de cidadania tinha uma dimensão de ordem física ou espacial, com Jonas o seu alargamento pressupõe uma dimensão temporal. Em ambos os autores, o que está hoje em causa no entendimento de cidadania é uma mudança de paradigma ético. Uma mudança que compreenda que a crise ecológica é inseparável da crise económica e social, já que todas as diferentes feições da crise radicam apenas em uma e mesma crise - a crise do humano. A sua superação passará pela relação respeitosa com o mundo natural, convictos de que a natureza nos é constitutiva e de que a nossa autêntica humanidade radica na plena consciência da cadeia de interdependências em que estamos imersos propiciadora do desenvolvimento da bio-empatia, essa genuína fonte de solidariedade, de cuidado e de respeito que entrelaça humanos e não-humanos numa mesma odisseia, a da Terra.

Deste modo, entendemos que educar para a sustentabilidade é perseguir o almejo de uma cidadania planetária cuja acção alcança e prevê a sua máxima amplitude quer incluindo no centro das suas preocupações a natureza inteira- animais, plantas, solos, elementos- como dimensão integrante da humanidade, pois o homem é e será sempre

² - Jonas, H., (1979), 1995, *Le Principe Responsabilité*, trad. Jean Greisch, Paris: Flammarion

um ser da natureza; quer projectando-se no futuro e assumindo a sabedoria prudente que sob o princípio da precaução reflecte sobre o hoje em vista do amanhã.

Por isso, uma educação para a sustentabilidade deve consumir em si a ideia de uma cidadania plena em que o ser humano, compreendendo-se como membro responsável da comunidade biótica, responde positivamente e activamente ao direito que as crianças de hoje e amanhã têm a viver num planeta ambientalmente saudável e preservado de modo a favorecer o desenvolvimento harmonioso das diferentes dimensões do seu ser - físico, emocional e psicológico. Para tal há que começar com as crianças de hoje para quem se nos impõe o dever, na qualidade de educadores (professores, pais ou parentes), de lhes abrir a via de uma ética inclusiva e abrangente mediante o despertar da sensibilidade e do amor às coisas naturais, enquanto etapas fundamentais da sua progressão para uma maioridade moral, para uma cidadania planetária. Em suma, para a realização de um mundo sustentável. A este respeito ocorrem-nos as palavras de Rachel Carson:

“Se os factos são as sementes que produzem mais tarde conhecimento e sabedoria, as emoções e impressões dos sentidos são o solo fértil no qual as sementes terão de crescer. Os anos da primeira infância são aqueles em que se prepara o solo.”³

Concluimos, assim, a nossa exposição, lembrando que o amor e a sensibilidade, como dimensões estruturais e **naturais** do nosso ser, constituem o “solo fértil” da responsabilidade e do respeito, inerentes ao exercício de uma cidadania plena preocupada com o mundo em que vive e onde é. Trata-se sem dúvida de uma questão ética, mas também de sobrevivência, pois como afirma Leopold,

“Nós abusamos da terra porque a vemos como um bem que nos pertence. Quando vemos a terra como uma comunidade à qual pertencemos, nós começaremos a tratá-la com amor e respeito. Não há outro caminho para que a terra sobreviva ao impacto do homem mecanizado.”

³ - Carson, Rachel, 2012, *Maravilhar-se*, trad. José Carlos Marques: Ed. Sempre Em Pé/Campo Aberto